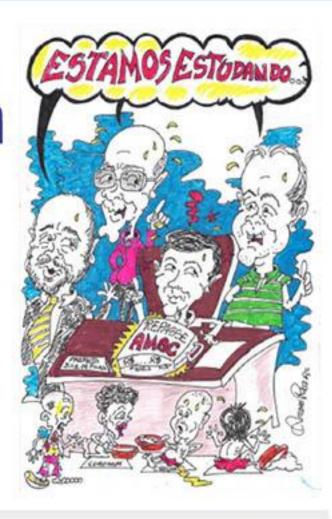


Sinserpu cspb/feserp.csb

Serviços da AMAC estão na corda bamba

Os atendimentos sociais da cidade enfrentam a maior crise da história. Há cerca de um ano, as unidades não contam com o abastecimento regular de alimentos. Há ainda falta de produtos de higiene, limpeza e proteção individual. E, como se não bastasse, trabalhadores passam vergonha com os constantes atrasos do Vale Mais e do vale transporte.

Leia mais na página 4.



PJF enrola, mas sindicato cobra negociação

Página 2



Sindicato exige direitos dos agentes de endemias e de saúde 4

PJF apresentará proposta jurídica para AMAC



Luta impede fechamento de fábrica EXPEDIENTE JORNAL DO SINSERPU-JF

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E
SERVIDORES MUNICIPAIS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA,
FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS, EMPRESAS
PÚBLICAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA,
EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL
DE APOIO COMUNITÁRIO E ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS QUE SE VINCULEM AO MUNICÍPIO
POR CONTRATO DE GESTÃO

Sede: Rua São Sebastião, 780 - Centro CEP: 36015 - 410 Juiz de Fora Tel.: (32) 3215 -1855

E-mail: sinserpujf@yahoo.com.br Site: www.sinserpu.org.br

> Diretor de Comunicação Joaquim Tavares

Jornalista Responsável Márcia Carneiro

> Diagramação An elise Medina

Tiragem: 5.000 Impressão: Fox (32) 3221 - 5185 Distribuição gratuita

SINSERPU ajuda no plano de lutas da CSB

Combate às terceirizações no serviço público e alteração das últimas Medidas Provisórias contrárias ao trabalhador. Esses foram alguns dos posicionamentos do SINSERPU-JF no I Encontro Nacional dos Servidores Públicos da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). O evento aconteceu entre os dias 22 e 24 de abril em Aracruz (ES).

O encontro sacramentou a posição oficial da entidade sobre temas de grande interesse do servidor nas esferas federal, estadual e municipal. O objetivo, segundo o presidente do SINSERPU-JF, Amarildo Romanazzi, é impedir que os servidores sejam atingidos pelas mudanças na lei propostas pelo Congresso Nacional e pelo Palácio do Planalto.

Dessa forma, diretores sindicais que participaram do encontro em Aracruz aprovaram pareceres diversos. Entre eles está o documento que versa sobre as MPs 664 e 665 que modificam leis trabalhistas. As propostas foram levadas aos representantes do Governo Federal para alteração dessas MPs. A maioria das mudanças sugeridas foi acatada pelo Governo.

EDITORIAL

Já foi dito por um sábio que recordar é viver. Sendo assim: va mos recordar.

Em 2013, Juiz de Fora tem um novo prefeito, seu nome, Bruno Siqueira. A esperança dominava os trabalhadores da PJF, afinal, tinham se acabado os duros anos Custódio Mattos. Maio chegou e o SINSERPU entra na primeira negociação salarial com os atuais administradores.

O discurso dos gestores foi o de: "pouco poderemos fazer, estamos trabalhando com o orçamento do antigo prefeito" e blá-blá-blá... E assim se foi o primeiro ano de nosso prefeito. Entramos em 2014 e o sindicato retorna à mesa de negociação salarial. Com muita disposição, antigas reivindicações, embates acalorados e ameaças de greve, saiu os parcos 6,5%. E a nova desculpa dos gestores foi a de que: "não poderíamos dar um ganho maior aos servidores porque o país se encontra em uma grave "crise internacional" e bla-bla-blá...

Mais um ano se foi. Como o tempo não para (frase de outro sábio), já estamos em maio de 2015. E as negociações salariais já se inicia-

A categoria não é boba senhor prefeito, ela sabe que dinheiro tem. Já passou da hora desta nova administração colocar em prática o discurso de campanha e cumprir com a promessa de valorização dos servidores municipais. O SINSERPU vem denunciando o inchaço da máquina pública, as incompetências administrativas e a precarização em que se encontram todos os trabalhadores nos mais variados setores da PJF. Chega de desculpas! A hora já chegou! Plagiando os dizeres de outro sábio: quem sabe faz a hora não espera a contecer.

Jaquim Tavares é diretor de comunicação do Sinserpu

NEGOCIAÇÃO PJF ESTÁ ENROLANDO

Sindicato cobra cronograma de reuniões da PJF

"Queremos que seja feito um calendário para as negociações e que ele seja seguido à risca", informa o presidente do SINSERPU-JF, Amarildo Romanazzi



A Administração enrola, mas o SINSERPU cobra respeito e empenho dos representantes da PJF para negociar as reivindicações da Campanha Salarial 2015.

Desde a apresentação da pauta, o Executivo se dispôs a dialogar com sindicato apenas uma vez, quando a entidade cobrou a confecção de um cronograma de reuniões. "Queremos que seja feito um calendário para as negociações e que ele seja seguido à risca", informa o presidente do SINSERPU, Amarildo Romanazzi.

Apesar das queixas sobre falta de recursos da PJF, a direção do sindicato está empenhada em lutar por avanços tanto no reajuste de salários como nos demais itens da pauta. "Estamos determinados a defender nossos direitos e contamos com a categoria na retaguarda. Só assim tere mos vitória", ressalta o presidente.

VITÓRIA

Comissão negociará reivindicações de agentes de Endemias e de Saúde



EM PLENÁRIO Presidente do SINSERPU denuncia desrespeito.

SINSERPU, entidades e Câmara Municipal participam de uma comissão para negociar direitos dos agentes de combate a endemias e comunitários de saúde.

A proposta de criação de um grupo representativo de negociação foi apresentada pelo presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi, durante audiência pública sobre o tema na Câmara, no final do mês passado. Durante o evento, Romanazzi denunciou a dificuldade de acesso ao Executivo. "Se não tirarmos uma comissão com essa finalidade e se não houver mobilização, as reivindicações não vão cair do céu", disse o presidente.

PISO NACIONAL Os agentes querem a implantação do piso nacional, cujos recursos são repassados pelo Governo Federal e não são aplicados. Outra cobrança é a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da categoria. Melhorias nas condições de trabalho são outras reivindicações que há ano o sindicato vem denunciando.

TRANSPARÈNCIA A audiência pública discutiu a implantação do piso e a transparência na divulgação dos dados sobre a dengue. Os altos índices de infestação da dengue na cidade que já conta com 673 casos confirmados foram outros questionamentos.

Os vereadores Betão (PT) José Emanuel (PSC) e Pardal (PTC) foram os indicados pela Câmara para integrarem a comissão que negociará com o

Agentes de saúde tem orientações para cadastramentos no CADSUS WEB

O SINSERPU se reuniu com o subsecretário de Atenção Primária à Saúde para buscar esclarecimentos sobre o Cartão Nacional de Saúde (CNS). Ele informou que em virtude de mudança no sistema, as UAPS realizarão o cadastramento do CNS no CADSUS WEB.

O objetivo é possibilitar que o usuário tenha acesso às unidades de saúde em todo o país. De acordo com as novas orientações, ficou estabelecido que o agente comunitário será o responsável pelo cadastramento, atualização e entrega do cartão dos usuários em sua

No entanto, a Secreta ria de Saúde ainda não dispõe de infraestrutura em todas as UAPS para que esse trabalho seja feito rapidamente. Portanto, até que os agentes tenham recursos para confecciona re imprimir todos os cartões, durante a marcação de consultas, o atendente da CMC informará a numeração atualizada do cartão para o usuário.

Para ser cadastrado no CADSUS WEB, o usuário deverá apresentar CPF, RG ou certidão de nascimento, comprovante de residência ou declaração de residência emitida pelo agente

Pressão do sindicato impede fechamento da fábrica de manilhas

A pressão do SINSERPU fez a Empay voltar atrás da decisão de fechar a Fábrica de Artefatos de Cimento que funciona há mais de 30 anos na cidade. Em oficio enviado à Câmara Municipal, no final do mês passado, a direção da Empav informou que as atividades naquela unidade não serão mais interrompidas.

O comunicado foi feito em resposta ao convite feito pelo Legislativo para uma audiência pública sobre o tema.

Devido à informação oficial de manutenção das atividades da fábrica, o debates obre o fechamento foi cancelado.

PREJUIZO SOCIAL Sem produção ativa desde outubro do ano passado, a fábrica de manilhas vem sendo sucateada há anos. Em marco, o sindicato denunciou na imprensa, nas redes sociais e no Jornal do SINSERPU o risco de fechamento da fábrica e suas possíveis consequências. Questionado pela Tribuna de Minas, o diretor-presidente da Empay, o ex-prefeito José Eduardo Araújo, confirmou a suspensão das atividades, informando, inclusive, que o processo já estava em andamento.

Além de chamar a atenção da população sobre o prejuízo social que a medida poderia provocar, o presidente do SINSERPU, Amarildo Romanazzi, provocou a Câmara Municipal para que se posicionasse. "Fizemos de tudo para reverter a situação. Obtivemos éxito, mas a vitória é de todos os trabalhadores", comentou Amarildo.



Serviços da AMAC passam por pior crise da história

Dívidas da PJF com a AMAC prejudicam o trabalhador, que tira dinheiro do bolso para complementar a alimentação de crianças e adolescentes em creches e Curumins

Há algo pior em um município que a falta de condições mínimas de acolhimento e educação às crianças e adolescentes? É esta situação de abandono que qualquer um pode constatar ao visitar as 21 creches e os oito Curumins da cidade. O SINSERPU já denunciou o problema ao Ministério Público que tem feito visitas às creches.

A situação antiga se tornou insustentável desde o ano passado, quando a Prefeitura passou a racionar os alimentos enviados às unidades. "Há mais de um ano não recebemos leite e pão e por três meses ficamos sem feijão e biscoitos. Para não deixar as crianças com fome, fazemos 'vaquinhas' ou rifas," conta uma coordenadora de creche.

FALTA ABSURDA A ajuda dos funcionários para garantir comida na mesa também se repete nos Curumins onde as populações são muito carentes. "Os matriculados com idades entre cinco e 14 anos precisam comer, para alguns esta é a única refeição do dia, e se não há alimentos, temos que nos virar", diz uma coordena dora.

Ela ressalta que por achar a situação absurda já está pensando em não mais "tapar o sol com a

"Na AMAC eles a legam que não há saída e nos orientam a impedir os meninos de repetirem o prato. Eu me recuso a obedecer. Vai chegar um dia em que não vai ter o que oferecer." O SINSERPU se preocupa com os reflexos da crise na AMAC. "Se as crianças e adolescentes não tiverem esse tipo de assistência ficarão jogadas na rua e correrão risco de se envolverem com drogas", destaca o presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi.

SEM BRINQUEBOS Segundo os funcionários, a AMAC alega a existência de uma divida da Prefeitura de mais de R\$ 1 milhão e a instabilidade no repasse de recursos. Assim, as dificuldades se estendem a outros setores. Até material pedagógico e brinquedos andam escassos nas creches. "Ficamos sem o que fazer com as crianças, para amenizar buscamos doações em órgãos públicos", explica uma funcionária.

PASSANDO VERGONHA Se não há comida e ferramentas de trabalho, o que dizer da manutenção das unidades e da compra de material de higiene, limpeza e de proteção, como papel higiênico, sabão e luvas? "Trazemos esses produtos de casa", dizem os funcionários.

Não bastando tanta escassez, os trabalhadores da AMAC agora sofrem com os atrasos do vales transporte e do cartão de alimentação Vale Mais. "Praticamente todo mês passamos constrangimentos nos supermercados e nos ônibus, devido ao atraso no carregamento dos cartões. Sinceramente, estou aqui há mais de 20 anos e nunca vi uma situação tão difícil na AMAC como agora", confidencia uma coordenadora.

CIDADÃO DE RUA Os 150 atendidos pelo Núcleo Cidadão de Rua também sofrem as consequências da crise financeira que assola a AMAC e a PJF. Se antes o café da manhã era pão com margarina, café com leite ou achocolatado, hoje eles recebem a penas cinco biscoitos.

Também o serviço de migração prestado pelo Centro Pop passa por dificuldades para encaminhar pessoas de outras cidades sem recursos aos seus locais de origem.



EM REUNIÃO Sindicato faz a sua parte e cobra empenho dos gestores

AMAC E PJF dão prazo para apresentarem alternativa jurídica à entidade

No dia 18 de junho, PJF e AMAC apresentarão uma proposta para a definição jurídica da entidade à comissão criada para estudar uma saída para a associação. O grupo se reuniu na Câmara com o objetivo de cobrar da Procuradoria Geral do Município o andamento dos estudos.

Por ofício, o Executivo informou que desde quando foi instituída a comissão, no final do ano passado, Administração e AMAC realizaram diversas reuniões. Participaram desses encontros representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de deputados. O diretor presidente da AMAC, João Batista da

Silva, informou que está sendo construída uma proposta. Ele explicou que dada à complexidade da questão, Executivo e AMAC preferiram limitá-la às discussões entre Prefeitura, Estado e União. O Sindicato repudiou o silêncio do Executivo sobre o andamento dos estudos.